



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004138-39.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **CARLOS IBANEZ RUIZ**
 Requerido: **IRINEU LUIS PEREIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra do réu quantia em dinheiro que gastou em decorrência ataque que animal de sua propriedade sofreu de outro animal, pertencente ao réu.

O réu não negou em contestação a dinâmica fática descrita a fl. 01, além de esclarecer que propôs diversos acordos para a solução da pendência.

Reconheceu, como se não bastasse, o pagamento ao autor de R\$ 100,00, o que foi por este admitido na réplica.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

O episódio em apreço restou positivado, a exemplo da responsabilidade do réu em reparar os danos causados ao autor.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Estes encontram-se lastreados na prova documental amealhada e não foram impugnados específica e concretamente pelo réu.

Do montante postulado, porém, deverá ser subtraído o valor já percebido pelo autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 717,20, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**